

Publicidade

Judiciário

Vera Lúcia Deboni: deputados, melhorem a Lei de Abuso de Autoridade!

Sem independência e coagido por artifícios legais casuístas, o juiz fica prejudicado no seu mister de ser imparcial, isento e equilibrado em relação às partes

15/05/2017 - 19h35min | Atualizada em 15/05/2017 - 19h35min

Compartilhar    

* Vice-presidente Administrativa da Ajuris - Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul

Engana-se quem pensa que a chamada Lei de Abuso de Autoridade, aprovada recentemente no Senado, é do agrado da magistratura gaúcha. Mesmo admitindo-se que foram retiradas duas tremendas barbaridades do substitutivo do senador Roberto Requião (PMDB-PR), a lei ainda representa uma ameaça ao trabalho independente dos juizes, como também dos promotores e demais autoridades do sistema judicial. Por isso, a luta dos magistrados em favor de um texto que não cerceie agentes públicos que investigam, processam e julgam crimes de corrupção deve prosseguir, agora na Câmara dos Deputados.

Como disse no Plenário o senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que votou contra o substitutivo, a retirada de absurdos como o crime de hermenêutica e a possibilidade de o magistrado ser processado pelo réu apenas "despiorou" a matéria - votada, segundo ele, em um momento inoportuno em razão da Lava-Jato e da suspeição que recai sobre muitos congressistas. Aliás, o senador também apontou que a Lei de Abuso de Autoridade não prevê penalização para parlamentares.

A independência é imprescindível para que o magistrado alcance à sociedade uma boa prestação jurisdicional. Não só a independência, como também o apuro técnico ao longo da instrução do processo até a decisão, que fica submetida a graus superiores e pode ser eventualmente reformada. O certo é que, sem independência e coagido por artifícios legais casuístas, o juiz fica prejudicado no seu mister de ser imparcial, isento e equilibrado em relação às partes.

Circula com força em algumas das mais importantes entidades de classe do mundo jurídico — entre as quais a Ajuris, a primeira associação do gênero no Brasil —, o pensamento de que ainda é preciso remover dispositivos que remanesceram no texto e

Publicidade

 NEWSLETTER ZH


Receba gratuitamente o melhor conteúdo de ZH no seu e-mail e mantenha-se sempre atualizado.

Seu e-mail Enviar >

Siga ZH nas redes sociais


  

Publicidade

 Zero Hora

Like Page 2.2M likes

Be the first of your friends to like this



pensamento de que ainda é preciso remover dispositivos que permaneceram no texto e só causam insegurança no combate à corrupção, chaga que consome recursos do país. Entre esses entraves estão os que criminalizam a prisão preventiva e as prerrogativas dos advogados, sem falar na questão de tipos penais abertos.

A Ajuris, detentora de considerável patrimônio em defesa das prerrogativas judiciais — que, em última análise, não são do juiz, mas sim da cidadania, a quem se destina o trabalho do magistrado —, está, desde já, mobilizada para buscar o aperfeiçoamento dessa lei na Câmara dos Deputados. Para o bem do país.

[Leia outros textos de opinião](#)



 ENVIAR CORREÇÃO



No jornal Zero Hora você encontra as últimas notícias sobre esportes, economia, política, moda, cultura, colunistas e mais.

ASSINE A ZH

Busque na ZH



Grupo **RBS**

Anuncie [Trabalhe no Grupo RBS](#) © 2000-2017 clicRBS.com.br Todos os direitos reservados

Finep
MEDIÇÃO E PROPOSTA

IVZ
SITE AUDITADO